

## **Myanmar e o papel dos actores externos**

O movimento de protesto em diversas cidades de Myanmar, violentamente reprimido pelo governo, constitui a manifestação mais recente de uma profunda crise política e de uma situação de impasse que se arrasta há vários anos, perante a incapacidade da comunidade internacional de reagir eficazmente às graves violações dos direitos humanos cometidas pela ditadura militar e de funcionar como um catalizador da transição política. O movimento, despoletado pelo agravamento da situação económica decorrente da duplicação dos preços dos combustíveis em 18 de Agosto, foi dinamizado pelos monges budistas cuja liderança estimulou a participação da população e fez aumentar a dimensão das manifestações. Por outro lado, o efeito conjugado da mudança da capital para Naypyidaw, em 2005, e da mudança na estrutura dos serviços secretos, em 2004, na sequência da queda do primeiro-ministro Khin Nyunt e a ascensão de Soe Win, terão contribuído, ironicamente, para aliviar o controlo, criando no último ano alguma margem de movimentos para os sectores da oposição em Yangon, o que permitiu maior eficácia na organização das actuais manifestações.

Face ao impasse interno e ao bloqueio do diálogo entre Governo e oposição, os actores externos têm um papel fundamental a desempenhar na solução da presente crise – apesar de a sua acção ser significativamente condicionada pelos fortes interesses estratégicos ligados ao sector energético. A competição pelos significativos recursos energéticos de Myanmar (só as reservas de gás estão estimadas em 19 triliões de pés cúbicos) tem-se intensificado nos últimos anos entre empresas de França (Total), Malásia (Petronas), China (Sinopec e CNOOC), Coreia do Sul, EUA (Chevron) e Índia. No exacto momento em que decorriam as recentes manifestações, uma delegação da Índia encontrava-se em Myanmar para formalizar acordos no domínio energético, tendo a empresa estatal indiana ONGC Videsh assinado contratos para a exploração de gás em 3 blocos off-shore. Nove empresas estrangeiras estão actualmente envolvidas na exploração de 16 blocos on-shore e de 29 blocos de petróleo off-shore. A implicação fundamental do boom no sector energético de Myanmar é o duplo efeito de sustentação do regime: no plano económico as significativas receitas energéticas – só em 2006 ascenderam a mais de 2 mil milhões de dólares – constituem um balão de oxigénio financeiro para um regime que se debate com sérios problemas económicos; no plano político, os interesses estratégicos e a competição entre actores externos aumenta a margem de manobra política do regime e inibe a adopção de posições mais firmes de pressão para a mudança por parte dos actores mais influentes.

A China é o actor mais influente e, desde o final dos anos 80, o principal apoiante do regime de Myanmar em termos políticos, económicos e militares, sendo um dos principais fornecedores de armamento (juntamente com a Índia, a Rússia e a Ucrânia). Esta proximidade contrasta com o período anterior, marcado por uma forte tensão entre os dois países, associada ao facto de Pequim ter apoiado durante mais de três décadas o Partido Comunista de Burma na guerra de guerrilha que este desenvolveu contra o exército de Myanmar. Os actuais interesses chineses são de natureza diversa: alargamento da influência estratégica regional, com o duplo objectivo de transformar Myanmar numa economia satélite da China e garantir estabilidade na região; evitar a emergência de uma nova democracia que introduziria incerteza no relacionamento bilateral; garantir o acesso a recursos energéticos. O interesse mais significativo da China é energético e relaciona-se com o controlo das reservas de petróleo e gás natural de Myanmar. Em Janeiro de 2007, a empresa estatal chinesa CNPC assinou contratos de

produção de petróleo e gás natural com o Ministério da Energia de Myanmar em três blocos de exploração off-shore na costa ocidental de Myanmar. Em Abril foi aprovada a construção de um oleoduto entre o porto de Sittwe e Kunming, capital da província de Yunnan, que transportará também petróleo do Médio Oriente, e de um gasoduto de 2380 quilómetros entre Myanmar e Kunming no qual a China investirá mais de mil milhões de dólares.

Miguel Santos Neves . IEEI